



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Curso: IV Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados em Direito Eleitoral - Principais inovações legais e jurisprudenciais para as Eleições de 2020.

Modalidade: Presencial

Datas: 13 e 16 de março de 2020

Carga Horária: 20 horas/aula

Professor responsável: Dr. Luiz Márcio Victor Alves Pereira

PROGRAMA

AULA 1

Dia 13 de março de 2020 - das 09h às 13h20m

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em suas duas horas/aula iniciais e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Tema: Pressupostos Constitucionais do Direito Eleitoral e Registro de Candidaturas

Ementa: O Sistema Constitucional Brasileiro e o Direito Eleitoral. Cidadania e Soberania Popular. Reforma Política. Sistemas Políticos. Democracia Representativa. Democracia Participativa. Direito Partidário. Partidos Políticos. Filiação e Fidelidade Partidárias. Lei Complementar nº 135/10. Habilitação e Registro de Candidaturas. Análise dos principais aspectos da Ação de Impugnação de Registro de Candidaturas, as quais serão julgadas pelos Juízes eleitorais de 1º grau, público alvo do curso. Estudo de casos concretos.

Conteúdo Programático: O Sistema Constitucional Brasileiro e o Direito Eleitoral. Cidadania e Soberania Popular como Elementos Fundamentais do Estado Democrático de Direito. Sistemas Políticos: Democracia Representativa, conceito, Sistemas Eleitorais; Democracia Participativa, conceito. Direito Partidário: Partidos Políticos - natureza, histórico e função no Regime Democrático; Autonomia Partidária; Fusão, Incorporação e Extinção de Partidos Políticos; Filiação Partidária: Fidelidade e Disciplina Partidárias. Fim das Coligações Partidárias para as eleições proporcionais; Habilitação à candidatura: candidaturas femininas - obrigatoriedade de observância real da cota legal; Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade. Registro de candidatura: condições de registrabilidade. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC): legitimidade; prazos para propositura, sentença e recurso. Estudo de casos concretos.

Objetivos Específicos: Interpretar criticamente o atual cenário político-eleitoral do país, com base na CRFB/88, legislação eleitoral, resoluções do TSE, suas peculiaridades e jurisprudência. Identificar as principais alterações legislativas e seus impactos no pleito. Compreensão sobre o registro de candidatura e suas formas de impugnação.

Docente: Professor Edson de Resende Castro - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Coordenador do Centro de Apoio Operacional Eleitoral do MPMG. Autor do livro "Teoria e Prática do Direito Eleitoral". Palestrante



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

em sua atividade docente, em diversos Tribunais, Escolas de Magistratura e Escolas Judiciárias Eleitorais.

Bibliografia:

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

PEÑA, Guilherme. Direito Constitucional – Teoria da Constituição. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2003.

CANDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. 14. ed. São Paulo: Editora EDIPRO, 2010.

CASTRO, Edson de Resende. Teoria e Prática do Direito Eleitoral, 9ª ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2018.

ZILIO, Rodrigo Lopez. Direito Eleitoral: Noções Preliminares de Elegibilidade e Inelegibilidade, Processo Eleitoral (Das Convenções à Prestação de Contas) e Ações Penais, 4ª ed. Editora Verbo Jurídico, Porto Alegre, 2014

REALE, Teoria do Direito e do Estado. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2011.

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 8ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

AULA 2

Dia 13 de março de 2020 - das 14h30m às 16h50m

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em sua primeira hora/aula e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Tema: Prestação de Contas.

Disciplina: Prestação de Contas.

Ementa: Contribuir para a interpretação sistemática da legislação eleitoral, auxiliando os Magistrados no estudo das modificações introduzidas nas Leis 9096/95 e 9504/97 pelas Leis 13165/15; 13487/17; 13488/17; 13831/19 e 13877/19, com foco na Prestação de Contas dos Partidos Políticos e na Prestação de Contas de Campanha pelos Candidatos, inclusive quanto ao uso do financiamento público de campanhas, além do enfraquecimento do instrumento previsto no artigo 30-A, da Lei 9504/97.

Conteúdo Programático: Modificações introduzidas nas Leis 9096/95 e 9504/97 pelas Leis 13165/15; 13487/17; 13488/17; 13831/19 e 13877/19 - Análise crítica com foco nos temas: Prestação de Contas dos Partidos Políticos; Suspensão das quotas do Fundo Partidário; Caráter jurisdicional; Recursos com efeito suspensivo; Formas de utilização dos Fundos Partidário e Especial de Financiamento de Campanha (FEFC); Prestação de Contas dos Candidatos: arrecadação e aplicação dos recursos financeiros. Limitações de doações de Pessoas Físicas; Análise das contas e das



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

sanções, possibilidade de Recursos, sobras de campanha e as chamadas “Doações Ocultas”; Fornecimento de quitação eleitoral com a simples apresentação de contas. Esvaziamento do artigo 30-A da Lei 9504/97. Resoluções do TSE. Estudo de casos concretos.

Objetivos Específicos: Avaliar e validar as modificações introduzidas nas Leis 9096/95 e 9504/97 pelas Leis 13165/15; 13487/17; 13488/17; 13831/19 e 13877/19, com foco na Prestação de Contas dos Partidos Políticos e na Prestação de Contas de Campanha pelos Candidatos. O FEFC e a atuação do magistrado na identificação de gastos abusivos de campanha e o julgamento das contas. Assinalar o enfraquecimento do instrumento previsto no artigo 30-A, da Lei 9.504/97.

Docente: Professor Marcelo Roseno de Oliveira - Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (1995), pós-graduado em Direito Público e Direito Processual Civil (UFC, 2001), mestre e doutor em Direito Constitucional (UNIFOR). Professor Assistente da Universidade de Fortaleza. Juiz de Direito do TJ/CE, docente e formador da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Direito Eleitoral, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Políticos, Organização Judiciária Eleitoral e Inelegibilidades.

Bibliografia:

CANDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. 14. ed. São Paulo: Editora EDIPRO, 2010.

CASTRO, Edson de Resende. Teoria e Prática do Direito Eleitoral, 9ª ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2018.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 11ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2011

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 8ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009

ZILIO, Rodrigo Lopez. Direito Eleitoral: Noções Preliminares de Elegibilidade e Inelegibilidade, Processo Eleitoral (Das Convenções à Prestação de Contas) e Ações Penais, 4ª ed. Editora Verbo Jurídico, Porto Alegre, 2014

SOBIERAJSKI, Denise Goulart Schlickmann. Financiamento de campanhas eleitorais: um estudo comparativo das normas jurídicas que regulamentaram a arrecadação, a aplicação de recursos e a prestação de contas à Justiça Eleitoral das eleições de 1994 às eleições de 2006 no Brasil. Curitiba: Juruá, 2006.

AULA 3

Dia 13 de março de 2020 - das 17h às 18h40m

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em sua primeira hora/aula e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas



relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Tema: Direito Penal e Processual Penal Eleitoral

Disciplina: Direito Penal e Processual Eleitoral

Ementa: Conceito e natureza jurídica dos principais crimes eleitorais - Disposições preliminares. Tipos penais previstos no Código Eleitoral e as infrações penais previstas na Lei 9504/97. Os crimes praticados contra a liberdade do voto. Responsabilidade penal pela divulgação das Fake News. A aplicação dos institutos da Lei 9099/95 aos crimes eleitorais. Processo Penal Eleitoral. A Lei de Abuso de Autoridade n.º 13869/19 e sua repercussão na atuação do Juiz Eleitoral. Estudo de casos concretos.

Conteúdo Programático: Principais crimes eleitorais: conceito, natureza jurídica, disposições preliminares. Tipos penais previstos no Código Eleitoral e as infrações penais previstas na Lei 9504/97 e leis esparsas. Os crimes praticados contra a liberdade do voto: enquadramento, tipos penais, caracterização. A aplicação dos institutos da Lei 9099/95 aos crimes eleitorais; Fake News – condutas criminosas, dificuldade de repressão; análise jurisprudencial. Processo Penal Eleitoral e suas particularidades. A Lei de Abuso de Autoridade, n.º 13869/19, e sua repercussão na atuação do Juiz Eleitoral, inclusive no exercício do Poder de Polícia. Estudo de casos concretos.

Objetivos Específicos: Demonstrar as divergências doutrinárias e jurisprudenciais decorrentes das capitulações de condutas ilícitas, no sentido de adicionar habilidades aos magistrados na fiscalização e punição dos crimes eleitorais. Determinar a competência e julgamento das Ações Penais por crimes eleitorais.

Docente: Bruno Gaspar de Oliveira Vieira. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Direito Penal Ambiental da Fundação Getúlio Vargas; Professor de Direito Eleitoral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Bibliografia:

ZILIO, Rodrigo Lopez. Crimes Eleitorais, 1ª ed. Editora Juspodivm, Porto Alegre, 2014
CANDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. 14. ed. São Paulo: Editora EDIPRO, 2010.

CASTRO, Edson de Resende. Teoria e Prática do Direito Eleitoral, 9ª ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2018.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 11ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2011.

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 8ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

ZILIO, Rodrigo Lopez. Direito Eleitoral: Noções Preliminares de Elegibilidade e Inelegibilidade, Processo Eleitoral (Das Convenções à Prestação de Contas) e Ações Penais, 4ª ed. Editora Verbo Jurídico, Porto Alegre, 2014

GOMES, Suzana de Camargo. Crimes Eleitorais. São Paulo. 1ª Ed. Editora Revista dos Tribunais. 2000.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

GUERRERO, Hermes Vilchez. Dos crimes eleitorais. Revista Brasileira de Ciências Criminais 16, out-dez., 1996.

GRINOVER, Ada Pellegrini, GOMES FILHO, Antônio Magalhães, FERNANDES, Antônio Scarance e GOMES, Luiz Flávio. Juizados Especiais Criminais. São Paulo: RT, 1996.

AMARAL, Roberto. Legislação Eleitoral comentada. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

AULA 4

Dia 16 de março de 2020 - das 09h às 13h20

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em suas duas horas/aula iniciais e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Tema: As Infrações Eleitorais e suas Consequências

Disciplina: Infrações Eleitorais

Ementa: Captação Ilícita de Sufrágio. Abusos de Poder Econômico e Político no Direito Eleitoral Brasileiro. A Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos nas Campanhas Eleitorais. Representação Eleitoral. Recurso contra Expedição de Diploma (RCED), Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) e Recursos Eleitorais. Resoluções do TSE. Estudo de casos concretos.

Conteúdo Programático: Captação ilícita de sufrágio (artigo 41-A, da Lei 9504/97): conceito, extensão, interpretação pela Justiça Eleitoral e sanções; captação de sufrágio e abuso de poder econômico. Abusos de poder econômico e político no Direito Eleitoral Brasileiro: conceitos, hipóteses configuradoras, legitimação. A Ação de Investigação Judicial Eleitoral: hipóteses de cabimento; legitimados; rito; efeitos. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos nas Campanhas Eleitorais (artigo 73, da Lei 9504/97): espécies e sanções. Representação Eleitoral (artigo 96, da Lei 9504/97): os prazos legais para as representações amparadas nos ritos do artigo 22, da Lei Complementar 64/90, e do artigo 96, da Lei 9504/97; distinção. Recurso contra Expedição de Diploma (RCED): Hipóteses legais; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) – Cabimento; Recursos Eleitorais - Visão sintética. Resoluções do TSE. Estudo de casos concretos. Resoluções do TSE – Análise. Estudo de casos concretos.

Objetivos Específicos: Sistematizar as infrações eleitorais previstas na legislação para que os Juízes Eleitorais possam reunir elementos para julgar as chamadas ações e representações eleitorais, com a compreensão do sistema recursal.

Docente: Professora Silvana Batini Cesar Goes - Procuradora Regional da República – MPFRJ. Procuradora Regional Eleitoral – TRE/RJ. Doutora em Direito Público e Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-RJ. Bacharel em Direito pela UEL. Professora e Coordenadora da disciplina de Direito Eleitoral da FGV/RJ. Professora de Direito Eleitoral da EMERJ.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Bibliografia:

- CASTRO, Edson de Resende. Teoria e Prática do Direito Eleitoral, 9ª ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2018.
- ZILIO, Rodrigo Lopez. Direito Eleitoral: Noções Preliminares de Elegibilidade e Inelegibilidade, Processo Eleitoral (Das Convenções à Prestação de Contas) e Ações Penais, 4ª ed. Editora Verbo Jurídico, Porto Alegre, 2014
- BARRETTO, Lauro. Investigação Judicial Eleitoral e ação de impugnação de mandato eletivo. São Paulo: Edipro, 1994.
- CANDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro, 14ª ed. São Paulo: Edipro, 2010.
- PINTO, Djalma. Direito eleitoral: improbidade administrativa e responsabilidade fiscal. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2011.
- CUNHA, Sérgio Sérulo da & Amaral, Roberto. Manual das Eleições – Comentários à Lei nº 9.504/97 e à Lei Complementar nº 64/90. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- CANDIDO, Joel José. Inelegibilidades no Direito Brasileiro. São Paulo: Edipro, 1999.
- MULLER, Frederich. O que é povo? – A questão fundamental da democracia. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2000
- PINTO, Djalma. Direito Eleitoral – Anotações e temas polêmicos, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000
- REALE, Teoria do Direito e do Estado. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- RIBEIRO, Fávila. Abuso do Poder no Direito Eleitoral. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

AULA 5

Dia 16 DE MARÇO DE 2020 - das 14h30m às 17h

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em sua primeira hora/aula e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Tema: Propagandas Eleitoral e Institucional.

Disciplina: Propagandas Eleitoral e Institucional.

Ementa: Propaganda Eleitoral antecipada e regular. O Poder de Polícia e o exercício do Poder de Polícia do Juiz da Fiscalização da Propaganda Eleitoral nas Eleições Municipais de 2020. Das Convenções Partidárias (Propaganda Intrapartidária). Meios de Comunicação. A liberdade de Propaganda Eleitoral na Internet e as Fake News. A Propaganda nas ruas. A Propaganda no dia das Eleições. Filantropia de Cunho Eleitoral. Propaganda Institucional. Resoluções do TSE. Tratamento Jurisprudencial. Estudo de casos concretos.



Conteúdo Programático: Propaganda Eleitoral: conceito; promoção pessoal e propaganda extemporânea; entrevistas e participação em programas nos meios de comunicação. Casos práticos. O Poder de Polícia: conceito e enfoque doutrinário; o exercício do Poder de Polícia do Juiz da Fiscalização da Propaganda Eleitoral - limites de sua atuação; obrigação da notificação prévia dos beneficiários para imposição de sanções. Das Convenções Partidárias (Propaganda Intrapartidária): hipóteses legais autorizadas da publicidade eleitoral para as convenções. Meios de comunicação: programação normal em rádio e TV; horário gratuito; direito de resposta; os debates e a nova legislação vigente. A liberdade de Propaganda Eleitoral na Internet – “Spams”, blogs, redes sociais. As *Fake News* e a quebra do Princípio da Igualdade no Processo Eleitoral. A propaganda no dia das eleições: a “boca de urna”; a arregimentação de eleitor; manifestação individual do eleitor; casos práticos. Filantropia de Cunho Eleitoral - Centros Sociais e de Convivência: a compra lícita de votos? - Propaganda eleitoral subliminar ou benevolência desinteressada. Propaganda Institucional: distinção e vedações; Resoluções do TSE. Tratamento jurisprudencial. Estudo de casos concretos.

Objetivos Específicos: Aplicar as alterações legislativas no controle das propagandas eleitoral e institucional. Identificar o exercício do poder de polícia pelo Juiz Eleitoral, inclusive quanto à análise dos excessos cometidos pelos titulares de mandato eletivo. Verificar a propaganda na internet: liberdade x *Fake News*.

Docente: Juiz Luiz Márcio Victor Alves Pereira. Magistrado de carreira no Estado do Rio de Janeiro desde abril de 1996; Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral – TRE/RJ. Coautor do livro “Propaganda Política, Questões Práticas Relevantes e Temas Controvertidos da Propaganda Eleitoral” 2ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 2014. Ex-Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Ex-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ; Coordenador da Disciplina Direito Eleitoral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ; Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro; Juiz Coordenador da Fiscalização da Propaganda Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro para as Eleições de 2010 (Resolução TRE/RJ nº 721/09); Coordenador Institucional do TRE/RJ junto ao Comando Militar do Leste para a “Operação Guanabara”, realizada pelas Forças Federais nas Eleições 2008; Coordenador dos Juízes da Fiscalização da Propaganda Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro no Referendo em 2005 e nas Eleições 2008; Juiz da Fiscalização da Propaganda Eleitoral no Município do Rio de Janeiro nas Eleições Municipais de 2004; Palestrante em sua atividade docente, em diversos Tribunais, Escolas de Magistratura, e Escolas Judiciárias Eleitorais; Formador cadastrado na ENFAM. Certificação completa nos Cursos de Formação de Formadores/ENFAM.

Bibliografia:

CANDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. 14. ed. São Paulo: Editora EDIPRO, 2010.

CASTRO, Edson de Resende. Teoria e Prática do Direito Eleitoral, 9ª ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2018.

CONEGLIAN, Olivar. Propaganda Eleitoral. 10ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 8ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

GARCIA, Emerson. Abuso de Poder nas Eleições – Meios de Coibição. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

ZILIO, Rodrigo Lopez. Direito Eleitoral: Noções Preliminares de Elegibilidade e Inelegibilidade, Processo Eleitoral (Das Convenções à Prestação de Contas) e Ações Penais, 4ª ed. Editora Verbo Jurídico, Porto Alegre, 2014

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 11ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2011.

PEREIRA, Luiz Márcio e MOLINARO, Rodrigo. Propaganda Política, Questões Práticas Relevantes e Temas Controvertidos da Propaganda Eleitoral. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 2014.

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Preleções de Direito Eleitoral: Direito Material. Tomo II. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 21ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2006.

PEÑA, Guilherme. Direito Constitucional – Teoria da Constituição. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2003

DI PIETRO, Maria Sylvia Z. Direito Administrativo, 20ª ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2007.

AULA 6

Dia 16 de março de 2020 - das 17h10 às 18h50

Avaliação final

Procedimento metodológico: Será apresentado aos alunos um caso concreto envolvendo as principais questões que foram debatidas ao longo do curso. Após uma explanação do coordenador sobre o assunto e orientação sobre a atividade, a avaliação prática será distribuída para os alunos que, individualmente, produzirão a resolução dos tópicos propostos.

Objeto da palavra – os alunos serão instados a expor suas impressões sobre o resultado da aprendizagem adquirida.

Registro Reflexivo – autoavaliação pelos alunos.

Docente: Juiz Luiz Márcio Victor Alves Pereira. Magistrado de carreira no Estado do Rio de Janeiro desde abril de 1996; Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral – TRE/RJ. Coautor do livro “Propaganda Política, Questões Práticas Relevantes e Temas Controvertidos da Propaganda Eleitoral “2ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 2014. Ex-Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Ex-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ; Coordenador da Disciplina Direito Eleitoral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ; Mestre em



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Direito pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro; Juiz Coordenador da Fiscalização da Propaganda Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro para as Eleições de 2010 (Resolução TRE/RJ nº 721/09); Coordenador Institucional do TRE/RJ junto ao Comando Militar do Leste para a "Operação Guanabara", realizada pelas Forças Federais nas Eleições 2008; Coordenador dos Juízes da Fiscalização da Propaganda Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro no Referendo em 2005 e nas Eleições 2008; Juiz da Fiscalização da Propaganda Eleitoral no Município do Rio de Janeiro nas Eleições Municipais de 2004; Palestrante em sua atividade docente, em diversos Tribunais, Escolas de Magistratura, e Escolas Judiciárias Eleitorais; Formador cadastrado na ENFAM. Certificação completa nos Cursos de Formação de Formadores/ENFAM.